

A casa do comendador Albino de Oliveira Guimaraes, no Rio de Janeiro¹

A 25 de março de 1886, *O Paiz* publica amplo anúncio, que se estende por três colunas da seção *Leilões*, de venda de “elegante e grandioso palacete, sitio à Rua de São Clemente 98” (O PAIZ, 1886d)², acompanhado “de ricos móveis, imponente galeria de pintura, pássaros raros e plantas” (O PAIZ, 1886d). O leiloeiro é o conceituado Roberto Grey, autorizado pelo proprietário, o “Ilm. e Exm Sr. comendador Albino de Oliveira Guimarães que com Exma. família parte para a Europa” (O PAIZ, 1886d). A publicidade atende às regras de diagramação e retórica próprias ao gênero, articulando títulos e chamadas de modo a valorizar os conjuntos de bens apresentados: “Os móveis: uma rica e suntuosa coleção do que há de mais esplêndido e bem escolhido, e as pinturas a mais rica galeria que se encontra no Rio de Janeiro, contendo quadros dos mais afamados mestres da escola antiga e moderna” (O PAIZ, 1886d).

Dias antes, no mesmo jornal, França Junior, prestigiado jornalista, bem-sucedido dramaturgo e competente pintor amador, comentara em sua coluna “Ecos Fluminenses” sobre a relevância da coleção de quadros do comendador, lamentando sua dispersão em leilão (FRANÇA JUNIOR, 1886, 3). O jornalista a considera a “mais importante galeria particular” (FRANÇA JUNIOR, 1886, 3) de que tinha notícia, formada por obras de artistas de renome³, e justifica as razões do leilão: o comendador, apesar de seu “inato sentimento do belo” (FRANÇA JUNIOR, 1886, 3) e apreço por seus quadros, precisava vendê-los em virtude da necessidade de pronta partida da família para a Europa, atendendo recomendações médicas para a recuperação da saúde de suas filhas (FRANÇA JUNIOR, 1886, 3)⁴.

Não só o leilão, como as demais etapas da transferência da família Oliveira Guimarães mereceram especial atenção de *O paiz*, em notas que enfatizam as qualidades morais do comerciante. Em 23 de março, às vésperas do leilão, o jornal lamenta a partida do “capitalista e comerciante desta praça geralmente estimado pelas excelentes qualidades de seu caráter” (O PAIZ, 1886b), e faz votos de vê-lo em breve “restituído a pátria que o adotou e à qual se acha vinculado pela família, pelas amizades que o rodeiam e pela fortuna adquirida nobremente” (O PAIZ, 1886b). Já em maio, o jornal comenta sua recepção em Lisboa, onde o “honradíssimo negociante dessa praça, onde há mais de 30 anos goza de elevados créditos” (O PAIZ, 1886b) estaria sendo muito visitado. Na ocasião, ele teria entregue luxuoso álbum de assinatura⁵, do qual era especial portador, para a prestigiada Sociedade de Geografia de Lisboa enviada por sua correspondente brasileira, em homenagem aos exploradores Capelo e Ivens (O PAIZ, 1886e)⁶.

A partir de 1886, Albino se fixaria definitivamente, com esposa e filhas, em Portugal, deixando os filhos mais velhos no Brasil. Contudo, a venda do palacete da São Clemente só se concretizaria quatro anos depois, em maio de 1890, quando, por intermédio de procurador da família⁷, as benfeitorias foram compradas pelo casal John Roscoe Allen por cem contos de réis (CERTIDÃO, 1890).

O comendador Albino de Oliveira Guimarães era um bem-sucedido “brasileiro”, como se designavam os emigrantes portugueses que retornavam a Portugal depois de enriquecidos no Brasil, com negócios e interesses nos dois lados do Atlântico. Nascido a 4 de setembro de 1833, na freguesia de Golães, Concelho de Fafe, Distrito de Braga, filho de pequenos proprietários, chegara ao Brasil ainda adolescente, como mais um integrante do contingente de jovens emigrantes portugueses, atraídos pelo aquecimento da economia brasileira favorecida pelos cafezais⁸.

No Rio de Janeiro, Albino seguiu o hábito de se acrescer ao nome referência da terra de origem, Guimarães, e tornou-se caixeiro na casa comercial de conterrâneo dedicado ao ramo de fazendas secas por atacado e comissões, Antônio Mendes Oliveira Castro (1811-1859), casado com D. Castorina (1814-1880), brasileira, filha de português⁹, pais de cinco filhos¹⁰. Com negócio e moradia no centro da cidade, a família ocupava também uma grande chácara arrendada, a fazenda dos Macacos, nas cercanias do Jardim Botânico, na Freguesia de São João Batista da Lagoa. Ao longo dos anos, Albino ascendeu na companhia, tornou-se pessoa de confiança dos patrões, assumindo o comando da mesma para apoiar D. Castorina quando Antônio foi afastado em virtude de doença mental.

Em 1858, um ano antes da morte do sogro, Albino casou-se, aos 25 anos, com a segunda filha dos Oliveira Castro, Luísa (1840-1937), com quem teria oito filhos¹¹. A união seguiu a tradição de consolidação, pelos laços de parentesco, dos vínculos profissionais entre comerciantes, fortalecendo assim os interesses e a confiança mútua. Ainda em 1858, Albino abriu seu próprio negócio de secos e molhados, no bairro da Saúde, e, em pouco tempo, se estabeleceu como negociante de importação e exportação na rua do Rosário, tendo se transferido, em 1861, para a prestigiada rua Direita.

A partir da segunda metade do século XIX, o Rio de Janeiro, sede da corte imperial, passaria por grandes mudanças e atrairia milhares de emigrantes. De 270 mil habitantes, em 1852, a cidade atingiria, em 1889, meio milhão, dos quais 155 mil estrangeiros e, destes, 106 mil eram portugueses¹². Em sua maioria, eram engajados que vinham atrás da “miragem brasileira”, como braços para o campo e serviços urbanos que trabalhavam em regime de quase escravidão, em condições insalubres em troca de baixos salários; debilitados, se tornam

vítimas fáceis das mazelas tropicais, em especial da febre amarela. O aumento da população emigrante portuguesa e a disputa pelos postos de serviços reacenderam o sentimento antilusitano que havia se seguido à Independência, ao mesmo tempo em que fortaleceram as iniciativas de proteção da colônia portuguesa.

A comunidade portuguesa se guiava por valores centrados na família e em redes de solidariedade e ajuda mútua, tendo como líderes destacadas personalidades nos meios comerciais e financeiros. Esses membros proeminentes participavam, com donativos ou em cargos de direção, de sociedades filantrópicas e associações beneficentes, que somariam 23 entidades no final do século XIX. Dessas, se destacavam o Gabinete Português de Leitura, fundado em 1837, e a Sociedade Portuguesa de Beneficência, criada em 1840, cuja presidência seria ocupada pelas principais personalidades da colônia¹³, e que construiu, em 1858, na rua de Santo Amaro, o Hospital São João de Deus.

A família Oliveira Castro ocupava posição proeminente nesse grupo, participando das associações e de ações filantrópicas. Quando da guerra contra o Paraguai, D. Castorina se destacaria por sua contribuição aos hospitais de sangue no Brasil, o que teria lhe valido o reconhecimento do Imperador e a oficialização de seu nome na estrada que ligava “a rua Jardim Botânico à antiga Fazenda dos Macacos e à Vista Chinesa que, na boca do povo, D. Castorina já se chamava” (O JORNAL, 1958).

As iniciativas de benemerência da colônia portuguesa não se restringiam aos locais de acolhida, mas se voltavam também às comunidades de origem. Ainda em 1858, depois da inauguração do hospital da Beneficência no Rio de Janeiro, um grupo de portugueses bem-sucedidos residentes na cidade organiza uma comissão de subscritores fundadores, sob a presidência de Antônio Gonçalves Guimarães e com Albino como segundo secretário¹⁴, para o financiamento da construção do Hospital de São José, de Fafe, que seguiria as linhas arquitetônicas do hospital brasileiro (Cf. BASTOS, 2012).

Fafe, em meados do século, era a “terra dos brasileiros ricos que vivem dos proventos prodigiosos, gente que se veste a rigor, constelados de anéis e com filhos educados no estrangeiro” (MONTEIRO, 2004, 46), onde aderem aos hábitos e aparatos de luxo — em especial, os franceses. A iniciativa do hospital, de grande impacto local, foi de José Florêncio Soares, um rico “brasileiro” retornado do Rio de Janeiro que, em 1859, era o segundo maior contribuinte do concelho de Fafe e o principal dinamizador das relações dos fafenses residentes da corte brasileira com a cidade natal (BASTOS, 2012, 31). Esse comportamento seria seguido por outros conterrâneos, de modo que o sucesso econômico e social dos emigrados no exterior e daqueles que retornavam, “os brasileiros”, propiciaria a Fafe uma

nova dinâmica econômica, social e cultural, ao construir residências, comprarem quintas, criarem as primeiras indústrias, contribuírem para a construção de obras filantrópicas e participarem da vida pública e municipal.

Ao longo das décadas de 1860 e 1870, para cuidar de seus assuntos econômicos e sociais, Albino faz periódicas viagens à Fafe, onde passa longas temporadas e nascem dois de seus filhos, em 1868 e 1876¹⁵. Dessas viagens, há anotações em diário de seu acompanhante, Francisco José Leite Lage, do percurso realizado em 1861 (MONTEIRO, 2000, 279-280) e o registro dos embarques e desembarques da família nas colunas especializadas dos jornais¹⁶. Dentro de seu círculo de relações em Portugal estão José Cardoso Vieira de Castro, intelectual e político, tribuno eloquente, de tradicional família fafense, cuja promissora trajetória teria um trágico desfecho (Cf. VALENTE, 2002), e seu amigo, o escritor Camilo Castelo Branco, que recorreria ao comerciante para apoio financeiro em algumas situações.

Albino devotaria uma leal amizade a Vieira de Castro. Ele esteve à frente da comunidade de Fafe que o acolheu com entusiasmo em sua viagem ao Brasil em 1866, em busca de reconhecimento e prestígio, ocasião em que foi recebido pela elite brasileira, e até mesmo pelo imperador D. Pedro II; e quando se casou com Claudina Adelaide, filha do comendador Antônio Gonçalves Guimarães, o líder da comunidade fafense, e diretor do Banco do Brasil e do Banco Rural e Hipotecário do Brasil. Albino também se manteve a seu lado quando, em 1870, o político foi processado e condenado pelo assassinato da esposa, por adultério, e enviado em degredo para Angola, onde morreu em 1872, aos 35 anos de idade, vítima de febre fulminante (VALENTE, 2002).

Nesse meio tempo, Albino seria agraciado, em 1869, com a comenda portuguesa da Ordem da Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, por serviços prestados à comunidade portuguesa (DIÁRIO, 1869). A titulação era de grande significado em meio a uma sociedade monárquica, agrária e latifundiária, onde a burguesia mercantil, tanto no Brasil como em Portugal, se empenhava por se legitimar por meio de títulos e comendas. Dentre os títulos, o de comendador seria o mais frequente junto aos “brasileiros”. Apesar disso, Albino recusaria o título de barão de Vale de Estevão, concedido pelo rei de Portugal em meio ao processo de Vieira de Castro (VALENTE, 2002, 434).

A assinalar a ascensão econômica do comendador e sua família no círculo brasileiro, há o registro da compra, em 1870, dele e seu sócio e conterrâneo, Joaquim Mendes da Costa Franco, da parte de Joaquim José Luís de Abreu no negócio de Ferro e outros Metais na rua da Candelária n.º15, que passa a ser chamar Oliveira Guimarães & Franco (DIÁRIO, 1870, 3). Ele se interessaria também por novos negócios, como o da barca de banhos da Companhia

Salubridade (O GLOBO, 1874, 2)¹⁷, do florescente ramo de banhos públicos. Expressão de prestígio do casal foi a participação Albino no Conselho Deliberativo do ano 1870-1871 do Gabinete Português de Leitura, e de Luiza na Associação Promotora de Instrução de Meninas, que tinha como protetora Sua Majestade a Imperatriz, ao lado de destacadas personalidade da corte¹⁸.

Em 1877, Albino retornara de Portugal com a esposa, quatro de seus filhos e uma criada (DIÁRIO, 1877a, 3), para se reunir aos filhos mais velhos. Para se instalar no Rio de Janeiro com toda a família¹⁹, ele escolhe a freguesia de São João Batista da Lagoa, onde residiam os demais membros da família Oliveira Castro. A filha mais velha, Firmina, casada com o comendador Joaquim Monteiro da Luz, e seus sete filhos moravam na rua Jardim Botânico nº 1, enquanto os demais residiam na rua São Clemente. D. Castorina morava com o filho José²⁰, em amplo casarão no nº 146, seu filho Antônio, na casa em frente²¹, e o marido da caçula Castorina, Manoel Moreira da Fonseca, havia requerido aforamento de terreno próximo (DIÁRIO, 1874, 3).

Em janeiro de 1879, o comendador adquiriu a posse da propriedade²² da rua São Clemente nº 98, de Bernardo Casimiro de Freitas, barão da Lagoa, genro e filhas, ao preço de 60 contos de réis (CERTIDÃO, 1879). A área era composta por “sobrado, formado por dois corpos ligados por saleta e sala em forma de passadiço” (CERTIDÃO, 1879), com teto de estuque e forro de pinho; além dos dois corpos, existia telheiro, banheiro, galinheiro e terreno onde constava “jardim, horta e pomar, grande parreiral sobre vergalhões e barras de ferro, vasos, figuras, bancos de jardim” (CERTIDÃO, 1879). O primeiro corpo do edifício era um sobrado parcial e porão, com partido em forma de U, telhado em platibanda e fachada decorada com elementos neoclássicos como pilastras de fuste canelado e capitel ornado, frontão triangular e arquitrave trabalhada, onde estava lavrado o número 1850, ano em que foi erguido para receber Bernardo, esposa e duas filhas; o segundo bloco teria sido erguido alguns anos depois.

Por mais de vinte e cinco anos, a propriedade formara com a chácara vizinha, onde a família do sócio e cunhado se instalara já em 1853, um amplo território familiar e social. Contudo, em meados da década de 1870, a integridade desse conjunto havia sido ameaçada por recomendação da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, que pretendida criar uma rua de “prolongamento em linha reta da de D. Carlota até a Assunção e daí obliquamente até encontrar a de S. Clemente” (2º RELATÓRIO, 1875), que atravessaria os terrenos das famílias²³. Ainda que a medida não tenha sido efetivada naquele momento²⁴, a possível intervenção deve ter afligido profundamente os moradores que, pouco tempo depois,

perderiam a baronesa, aos 59 anos, vítima de câncer, em julho de 1877 (DIÁRIO, 1877b), e o cunhado Antônio, aos 63 anos, de enfarte cerebral (DIÁRIO, 1878), em janeiro de 1878.

Nesse contexto, é provável que a manutenção da propriedade tenha sido negligenciada, o explicaria porque, já em agosto de 1878, antes mesmo da assinatura do contrato formal de transferência, Albino tenha iniciado obras no local, conforme expresso na certidão de janeiro: “[...] declaram os ditos outorgantes que todas as obras feitas na chácara e prédio já mencionados, desde agosto do ano passado, o tem sido a expensas do outorgado comprador” (CERTIDÃO, 1879). A transferência da propriedade do barão da Lagoa para o comendador Albino, comerciante bem sucedido, integrante de família com quem o barão mantinha estreitas relações²⁵, sugeria que a propriedade pudesse recuperar seu antigo destaque dentre o casario do prestigiado bairro de Botafogo.

A freguesia da Lagoa sofrera profundas mudanças a partir da década de 1870, com a implantação dos bondes e o surgimento de várias novas ruas, promovidas por empresas e capitalistas, tornando-se um polo de grande atração de ocupação urbana. Em paralelo ao processo de retalhamento dos lotes, surgiram novas tipologias residenciais, quando as antigas chácaras senhoriais dão lugar a requintados solares e palacetes²⁶, já sob a voga do ecletismo, que formam a imagem e fama aristocrática do bairro.

A nova moda arquitetônica propunha o uso dos diversos estilos do passado, e até a combinação deles em um único edifício, em busca de efeitos de riqueza e originalidade, da qual a sede neomanuelina do Gabinete Português de Leitura é um exemplo eloquente, ao inovar na utilização da estrutura de ferro e recorrer ao passado para reafirmar a grandeza de Portugal. O projeto afirma o prestígio da colônia portuguesa e promove a substituição da imagem do português “opulento, laborioso e econômico, tradicional patrocinador de iniciativas beneficentes, mas pouco ligado à cultura, por uma imagem progressista e moderna” (BRENNER, 1987, 44). Desse modo, a volta ao passado seria, paradoxalmente, como observa Annateresa Fabris, o índice de modernidade do homem eclético:

Não desejam restaurar nada porque a volta ao passado não implica uma recuperação de valores, estando sujeitos, ao contrário, aos ritmos da moda, ao padrão de consumo da produção industrial, cujos novos materiais integram-se em sua arquitetura fantasiosa. [...] A herança e a acumulação são seus princípios, signos de estatuto e de riqueza. (FABRIS, 1987, 283-284).

Foi sob essa égide de tradição e opulência que Albino promoveu uma intensa reforma na propriedade da rua São Clemente, ao custo de “mais de 100:000\$” (O PAIZ, 1886d), para adaptá-la aos novos padrões de gosto e conforto, e acolher as diferentes demandas de sua extensa família²⁷. Cabe observar que o investimento na distinção de suas casas era também

tradição dos “brasileiros” enriquecidos que retornavam ao Minho, que marcavam a paisagem arquitetônica com exuberantes sobrados, palácios e palacetes (MONTEIRO, 2000, 61)²⁸.

A reforma lançou mão dos elementos da nova tecnologia construtiva, em ferro fundido, oferecidos por empresas como a oficina de máquinas e fundição de ferro e bronze, de Manoel Joaquim Moreira & C., que forneceu as colunas do Gabinete Português (BRENNA, 1987, 52), ou a Oficina de máquinas e serralheria, de Costa Ferreira & Cia., que oferece “grande sortimento de ornatos de ferro fundido, batido ou bronze para construções [...] tudo do maior gosto e beleza, executados com a maior perfeição e barateza” (ALMANAK LAEMMERT, 1879, 50), que compreendiam grades, portas, colunas, escadas, chafarizes, entre outros artefatos.

A frente do palacete recebeu uma varanda engastada, acessada por escada com dois lances distintos, guarnecidas nas laterais por gradil em ferro trabalhado, e ladeada por duas estátuas de leões, em ferro fundido, da Fundição Val d'Osne, sobre base de pedra. Enquanto a fachada posterior, na seção do passadiço, também recebeu varanda engastada, com uma única escada, guarnecida na lateral por gradil de ferro trabalho, para permitir circulação entre a sala de jantar e o jardim. Essa varanda é sustentada por colunetas de ferro fundido, cuja cobertura é arrematada por lambrequim metálico, de elaborado rendilhado, elemento que se repetiria no arremate da cobertura central do edifício da cavalaria, erguido ao fundo do terreno.

Ornamentos de estuque, de feição rococó, foram aplicados ao alto das portadas de cantaria que guarnecem as nove janelas e portas da fachada, enquanto a face do frontão²⁹ recebe aplicação de estuque onde arabescos ornaram uma esfera armilar.

Os interiores, tomando-se por referência os artigos mencionados no anúncio do leilão de 1886 (O PAIZ, 1886d), refletem o espírito do colecionismo, pela variedade e exuberância da mobília de madeira nobre e dos objetos decorativos, bem como pela quantidade e valor da coleção de quadros³⁰. A casa dispunha de móveis de *palissandre*, embutidas de *bois-rose*, dunquerque marchetados de madrepérola, espelhos com molduras douradas, mobílias de mogno guarnecidas de pau-cetim, de carvalho maciço, estilo do primeiro império, de canela preta para o salão de jantar, de peroba e vinhático para salão de almoço e para quartos, que eram revestidos por cortina com ricas guarnições. Em complemento, havia objetos de luxo, como jarrões e vasos da China e Japão, estatuetas e grupos de porcelana *biscuit*, estátuas de bronze, e objetos de serviço em cristal, porcelana e prata, e peças de *nickel* e *electroplate* (O PAIS, 1886d). A casa dispunha, ainda, de pianos e conjunto de bilhar em peroba.

Segundo *O paiz*, havia mais de 100 quadros revestindo as paredes, de artistas consagrados como “Diaz, Palize, Anunciação, Gudin, Perret, Silva Porto, Villaça, Bordalo

Pinheiro, Rezende, Vander Bonner, Facchinetti, De Martino e Bonco” (O PAIZ, 1886e), formando a coleção comentada por França Junior³¹. Um dos quadros pertencia à série de carneiros do pintor português de Anunciação, que, vendido por 1:800\$ no leilão, seria exposto durante a prestigiosa inauguração do ateliê de Bordalo Pinheiro, em Caldas de Rainha, pouco tempo depois, quando estaria sendo oferecido por mil libras (O PAIZ, 1886f).

Grandes intervenções foram também realizadas na área externa. Nesse momento se consolidava uma “cultura do jardim”, com a ampliação da oferta de serviços e produtos de aplicação doméstica do paisagismo e jardinagem. Ao lado da oferta de mão de obra de jardineiros dentre homens livres e escravos, há a de artesãos especializados, a exemplo do vizinho Francisco Groth, estabelecido na rua Real Grandeza, que fornece plantas e árvores, e se habilita a “fazer jardins, parques, labirintos etc., com cascatas e rochedos ao gosto mais moderno” (ALMANAK LAEMMERT, 1874). Estabelecimentos e lojas oferecem variado sortimento de sementes, circulam publicações especializadas, nacionais e estrangeiras, e amplia-se a prática do colecionismo de plantas. Em 1880, o *Almanark Laemmet* relaciona 23 estabelecimentos, entre os dedicados a hortícola e jardinagem. O cultivo de plantas e jardins torna-se traço de elegância.

Os jardins do palacete da rua São Clemente são demarcados com dois ambientes, o jardim social e o doméstico, interligados por um pequeno jardim lateral, onde são introduzidos os elementos do jardim romântico à inglesa, como os artefatos do ferro e as pitorescas estruturas argamassadas que reproduzem troncos, galhos e raízes.

No jardim social, em meio ao gramado que se estende entre a casa e o gradil voltado para a rua São Clemente, um sinuoso lago artificial que simula um rio é atravessado por duas pontes, com parapeitos em argamassa imitando troncos, e fechado nas extremidades por conjunto de rochedos artificiais, rocalhas, de onde verte uma cascata, impulsionada por um fluxo d'água. Pequenos caramanchões floridos ladeiam esse conjunto e, ao centro, foi instalada escultura, em cimento e ferro, de águia imobilizando uma serpente de cuja boca sai um esguicho d'água que cai em jato curvo no lago fronteiro.

Na área posterior à casa, no jardim doméstico, um lago redondo, alimentado por um conjunto de rocalhas e cascata, forma uma pequena ilha onde foi instalado um quiosque, em estrutura octogonal. Típica construção do final do século, o quiosque tinha funções diversas de descanso, banho e entretenimento. Vasos e canteiros exibiam uma grande variedade de plantas ornamentais (O PAIZ, 1886d), enquanto que um viveiro reunia pássaros de diferentes procedências, desde “o gostoso macuco, jacutinga e jacú até aos representantes do Alto Amazonas, mar Pacífico, Rio de Prata, África e Europa” (O PAIZ, 1886d, 2).

A infraestrutura hidráulica foi modernizada, com o apoio de novas penas d'água³², para que a propriedade pudesse dispor de farto abastecimento de água para suprir não só de cascatas e lagos do jardim, como “de tanques de cantaria para lavar, banheiros esplendidos com duchas” (O PAIZ, 1886d, 2), viabilizados pelas novas medidas de abastecimento de água cidade³³. Para os serviços, o comendador poderia contar com bombeiros hidráulicos e aparelhadores de gás instalados na cidade, como os oferecidos pela A Casa Vermelha, que realizava encanamentos d'água e de gás em casas particulares e jardins (ALMANAK LAEMMERT, 1879, 926), ou da Araújo Carvalho & C., que oferecia serviços de obras novas ou consertos relacionados a penas d'água e canalizações, e variado sortimento de banheiros, depósitos d'água, fontes e lavatórios.

A 20 de maio de 1880, morre a matriarca D. Castorina, o que sugere uma disputa interna pela liderança econômica e simbólica da família entre Albino e os irmãos Oliveira Castro. O caçula José, em especial, gozava de grande prestígio no meio familiar, tanto que havia sido indicado, aos 36 anos, como testamenteiro do cunhado Joaquim Monteiro da Luz, falecido em 1878, no caso de faltarem a esposa Firmina e o cunhado Manuel Moreira da Fonseca.

Naquela década, José já havia conquistado, por sua desenvoltura social, projeção no meio comercial e financeiro. Admirado pelos seus refinados hábitos sociais, dono da Oliveira Castro, Filho e Comp., firma de importação e exportação, pertencia aos quadros diretores de várias companhias, e era vice-presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, da qual se tornaria presidente em 1884. Em reconhecimento à sua trajetória, receberia, dias antes da Proclamação da República, o título de barão de Oliveira Castro.

O palacete seria, portanto, o cenário de conquista de prestígio social de Albino em seu meio. A partir de 1882, ele participa com expressivas contribuições de ambiciosos projetos de afirmação da identidade portuguesa, como o já citado edifício do Gabinete Português de Leitura (GAZETA, 1882a, 4), do monumento a D. Afonso Henriques (GAZETA, 1882c, 4), em Guimarães, e do Asilo da Infância Desvalida da Candelária, promovido pela Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária (GAZETA, 1882b)³⁴. Em 1883, ele passa integrar o Conselho deliberativo do Gabinete (GAZETA, 1883a), e acompanha os familiares no anúncio fúnebre da esposa do cunhado José, Carlota Deolinda (GAZETA, 1883b).

Sua atuação junto à comunidade é reconhecida quando, em 1884, por ocasião da morte do presidente do Gabinete Real de Leitura, Eduardo Lemos, o jornalista Jaime Vitor, do *O Paiz*, o relaciona dentre as personalidades de destaque da colônia. Resgatando conhecido episódio “[...] o *honrado português*, como lhe chamou Camilo Castelo Branco na coleção das

suas cartas trocadas com Vieira de Castro” (O PAIZ, 1884, 2) o jornalista não se furta a dar seu depoimento pessoal sobre as qualidades de Albino, “homem com quem eu apreciei, como em nenhum outro, o mais delicado e o mais doce coração, consubstanciado n’uma inteligência fina e n’uma rudeza aparente, e tantos, tantos enfim, que na capital do Brasil pelos serviços e pelos caracteres, ilustram a pátria ausente” (O PAIZ, 1884, 2). No ano seguinte, Albino reorganiza, com aportes, sua participação nas firmas Joaquim, Guimaraes & C., de ferragens e artigos de armarinho (O PAIZ, 1885a, 3), na empresa Henrique, Irmãos & Moreira, de chapéus, e na Motta & C., de Campinas (O PAIZ, 1885b, 3).

Não se pode senão especular, sobre quais teriam sido os motivos que levaram Albino a abandonar, de maneira tão definitiva, todos os investimentos afetivos, estéticos e econômicos vertidos no palacete da rua São Clemente, mas não resta dúvida da contribuição que prováveis disputas familiares sobre o legado de d. Castorina, tanto no plano econômico como o social, para essa decisão.

De volta a Fafe, Albino e Luísa se inscrevem definitivamente nos círculos de prestígio da sociedade portuguesa, tanto que, em janeiro de 1887, eles são padrinhos, ao lado do conde de S. Salvador de Matosinhos, da concorrida união da irmã do jornalista Jayme Victor, Margarida, com o também jornalista, Lorjó Tavares, cerimônia que mobilizou “numerosas famílias e muitos homens de letras” (O PAIZ, 1887, 3)³⁵.

Nos anos seguintes, Albino se envolveria novamente em reformas e obras. Moderniza a Casa da Macieira, sede de propriedade rural que pertencera aos avós de Luiza, em Pardelhas, marcada por uma extensa latada e constrói, em 1908, casa apalaçada na avenida 5 de Outubro. Além das propriedades rurais que já possuía em Freitas; na Ranha e Pardelhas, Fafe; em Quinchães e, em São Romão de Arões, adquiriu, além das quintas, a casa e Quinta da Arrochela (MONTEIRO, 2010, 237).

O comendador Albino se mantém ativo membro do ciclo de benemerentes de cidade, com destaque pelo seu empenho na remodelação de um jardim da cidade, o Jardim do Calvário, em Passeio Público, inaugurado em 1892, segundo o modelo romântico, tornando-o lugar privilegiado de lazer da elite fafense, com pontes, caminhos sinuosos e quiosques que remetiam ao jardim que deixara no Rio de Janeiro. Ele assumiria ainda, a liderança do Hospital da Misericórdia, no biênio 1896-97.

Albino de Oliveira Guimarães faleceu a seis de março de 1908 na sua casa da Rua 5 de Outubro e foi sepultado no cemitério de Fafe, em túmulo em estilo neogótico, como os dos demais eméritos de sua geração; sobre o vão do túmulo, um ornamento de símbolos entrelaçados: um livro com página aberta em seu nome, representando sabedoria e memória,

entremeado por uma tocha, símbolo de luz e esperança, uma coroa de flores, representando a vitória sobre a morte, e a foice, símbolo da morte³⁶.

Bibliografia

ABREU, Maurício de Almeida (org.). “A cidade, a montanha e a floresta”. In: *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BASTOS, Daniel. *Santa Casa da Misericórdia de Fafe – 150 anos ao Serviço da Comunidade*. Fafe: Santa Casa da Misericórdia de Fafe, 2012.

BRENNA, Giovanna Rossodel. *Rio Eclético*. [Rio Guia para uma história urbana]. Rio de Janeiro: Fundação Rio, s.d.

CERTIDÃO da escritura de compra e venda às f. 96v a 98, livro no 286, 2º. Ofício de Notas. 6f, de 12 de maio de 1890. Arquivo Nacional. Seção do Poder Judiciário. Arquivo Histórico Fundação Casa de Rui Barbosa.

DIÁRIO do Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1869; 13 de março 1870; edição 28, ano 1874; 26 de maio de 1875; 31 de março de 1877 (1877a); 27 de julho 1877 (1877b); 18 de janeiro de 1878.

FABRIS, Annateresa. “A arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização”. In: *Anais Museu Paulista*. NS 1, 1993.

_____. *Eclétismo na arquitetura brasileira*. org. São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São Paulo: 1987 . p. 280-296.

FRANÇA JUNIOR, Joaquim José de França. “Pintura”. In: *O Paiz*, 22 de março de 1886.

GAZETA de notícias, 19 de março de 1882 (1882a); 10 de maio de 1882 (1882b); 08 de dezembro de 1882 (1882c); 22 de outubro de 1883 (1883a); 16 de novembro de 1883 (1883b); 22 de março de 1886.

GONÇALVES, A. Restier. *Extractos de Manuscritos sobre Aforamentos*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, Diretoria de Estatística e Archivo, 1925.

MATOS, Julio de & SAMPAIO, Jorge P. *Casas de brasileiro*. Rio de Janeiro, Lisboa: Ministério da Cultura/GPEARI, 2008.

MONTEIRO, Miguel. “Emigrantes, brasileiros e maçons”. s/d

_____. “Marcas arquitetônicas do brasileiro na paisagem do Minho”. In: *Os Brasileiros do Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000.

_____. *Migrantes e Emigrantes e Brasileiros* (1834 -1926). Fafe: s/ed., 2000.

_____. “Fafe dos ‘Brasileiros’ (1860-1930)”. In: *Perspectiva histórica e patrimonial*. Fafe: Empresa do Diário do Minho, 2004.

_____. “Museu da Emigração e os ‘brasileiros’ do Rio: o público e o privado na construção de modernidade em Portugal”. In: *Encontro Luso-Brasileiro de Museus Casas*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010.

MÜLLER, F. S. “Lorjó Tavares, esse ilustre desconhecido de *Brasil-Portugal* (1899-1914)”. In: *Todas as Letras*. São Paulo: v. 13, n. 2, p. 44-54, 2011.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1874.

O JORNAL. Rio de Janeiro, 29 de junho de 1958.

O PAIZ, 3 de novembro de 1884; 7 de fevereiro de 1885 (1885a); 23 de maio de 1885 (1885b); 22 de março de 1886 (1886a); 23 de março de 1886 (1886b); 24 de março de 1886 (1886c); 25 de março de 1886 (1886d); 11 de maio de 1886 (1886e); 16 de julho de 1886 (1886f); 18 de fevereiro de 1887.

PESSOA, Ana [Ana Maria Pessoa dos Santos]. “Vestígios de cá e de lá: traços de emigração e retorno entre Rio de Janeiro e Fafe”. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/oz/FCRB_AnaPessoa_Vestigios_de_ca_e_de_la.pdf>

_____. “De caixeiro a barão: trajetória de um comerciante português no Rio de Janeiro oitocentista”. In: *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: v. 5, p. 97-112, 2011.

2º Relatório da Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1875.

REIS, Barbosa Cláudia. *Memória de um jardim*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2007.

SÁ, Marcos Moraes de. *A mansão Figner – o Ecletismo e a casa burguesa no início do século XX*. Rio de Janeiro: SENAC, 2002.

SILVA, Raquel Barroso. “França Junior: A voz de um amador nos embates do meio artístico das últimas décadas do século XIX”. In: *19&20*. Rio de Janeiro: v. VII, n. 2, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/artistas/rbs_francajr.htm>.

TEIXEIRA LEITE, Luiz Eugênio e RIBEIRO, Nelson Porto. *O Rio que o Rio não vê – os símbolos e seus significados na arquitetura civil do centro da cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo: Aori Produções Culturais, 2012

VALENTE, Vasco Pulido. *Glória*. Lisboa: Gótica, 2002.

¹ Artigo publicado na revista *Museu*, IV serie, no. 20, 2013, revista do Amigos do Museu Nacional Soares dos Reis, Porto.

² Anúncio semelhante havia sido publicado no mesmo jornal nos dias 11, 14, 21, 23 e 24 de março de 1886, e na *Gazeta de Notícias* de 23, 24 e 25 de março de 1886.

³ “Nas paredes de seus salões figuram Palizze [Filippo Palizzi, 1818 – 1899], Gudin [Théodore de Gudin, 1802 – 1879] duas primorosas paisagens de Silva Porto [Antônio Carvalho da Silva, 1850 – 1893], animais do famoso de Anunciação [José da Anunciação 1818 – 1879], dois quadrinhos do velho Bordallo Pinheiro [Manuel Maria Bordallo Pinheiro 1815 – 1880], aquarelas de Cicery [Eugene Cicery, 1813-1890], estudos de Vinet [Henri Nicolas Vinet, 1817 – 1876], o paisagista que tão soube compreender a nossa natureza, e muitas outras preciosidades”. FRANÇA JUNIOR, 1886, 3.

⁴ Ainda que a doença das filhas não tenha sido o principal motivo de retorno, é fato que a Luisa de Oliveira Guimaraes tinha saúde frágil e viria a falecer em 1890.

⁵ “O álbum esta uma luxuosa caixa de raiz de vinhático, com capa de couro da Russia com guarnições em alto relevo e estrelas prateadas aos contos. No centro esta a coroa real portuguesa, e na parte superior, ao lado esquerdo, o emblema da seção, trabalhado em alto relevo sobre prata de lei, pelo artista Valentim (...) reúne 701 assinaturas, entre as quais toda a família imperial, o corpo diplomático e consular imprensa e exmas senhoras e cavalheiros da mais alta sociedade fluminense”. In: *Gazeta de notícias*, 22 de março de 1886.

⁶ Hermenegildo Carlos de Brito Capelo (1841-1917) e Roberto Ivens (1850-1898), exploradores portugueses que realizaram uma célebre travessia entre Angola e a costa do Índico, entre 1884 e 1885, feito decisivo para afirmar a soberania de Portugal nos seus territórios africanos.

⁷ Manoel Moreira da Fonseca, cunhado de Luiza, casado com sua irmã Castorina, foi nomeado procurador do casal em 23 de fevereiro de 1886, com amplos poderes para alugar ou vender os bens deixados no Brasil.

⁸ Ele é um dos 1.074 emigrantes que saíram diretamente de Fafe para o Rio de Janeiro, entre 1836 e 1885. Cf. MONTEIRO, 2000, p. 411.

⁹ Ela era filha de José Bento Álvares Pereira (?-1842), que veio para o Brasil com a comitiva de D. João VI em 1818.

¹⁰ Firmina (1838-1881), Luiza (1840-1937), Antônio (1841-1905), José (1842-1896) e Castorina (1845-1878).

¹¹ Antonio (1859-1925), Castorina (1862-1929), Albino (1863-1937), José (1866-1911), Luísa (1868-1890), Maria (1870-1903), Firmina (1875-1905) e Álvaro (1876-1878).

¹² Disponível em: <www.museudapessoa.net/hotsites/sescrrio/index.htm>

¹³ A direção da Sociedade foi ocupada pelo o visconde da Estrela, Joaquim Manuel Monteiro; o conde de S. Mamede, Rodrigo Pereira Felício, e o conde São Salvador de Matosinho, João José dos Reis, entre outras lideranças da comunidade.

¹⁴ Miguel Monteiro sugere que os membros da comissão, assim como grande parte dos emigrantes portugueses, integrasse a Maçonaria, cujos preceitos “de organização filantrópica e dedicada à causa do progresso” explicaria suas iniciativas benemerentes. (MONTEIRO, s/d)

¹⁵ Em meio a uma maioria de filhos brasileiros, havia os portugueses Luisa, 5ª filha, nascida em 1868, e Álvaro, nascido em 1876, e que morreria ainda na infância.

¹⁶ O *Diário de Rio de Janeiro* registra a entrada e saída da família em 15/2/1861, 9/5/1867, 3/06/1869, 31/03/1877 sendo que em 1871 e em 1875 se tem noticia de que estivessem no Rio de Janeiro, onde nasceram e foram batizadas suas filhas Maria e Firmina.

¹⁷ A companhia era uma sociedade anônima voltada para o estabelecimento de barcas de banho e recreio na baía, e ficava ancorada perto do cais Pharoux.

¹⁸ A Associação reúne a elite feminina da corte, em diferentes categorias: na direção, estavam D. Isabel Tosta Duque Estrada Teixeira, D. Amélia Cavalcanti de Albuquerque, e Constança Alvim Correa; entre as sócias remidas, estão Sua Alteza a Sereníssima Princesa Imperial D. Isabel, condessa d’Eu, a Condessa de Barral, viscondessa de Tocantins, baronesa de São Clemente, viscondessa do Itamaraty, entre outras, e entre as sócias contribuintes, Luiza Constança Alvim Correa, e participam de comissões paroquiais personalidades como a baronesa da Lagoa. *Diário do Rio de Janeiro*, 26 de maio de 1875.

¹⁹ Não existem informações precisas de onde os Oliveira Guimarães se instalavam em suas temporadas cariocas, se na freguesia da Candelária, onde suas filhas Maria e Firmina haviam sido batizadas, respectivamente em 1871 e 1875, ou se na Freguesia de São João Batista da Lagoa, onde poderiam ser acolhidos tanto na Fazenda do Macaco como no casarão da família na rua São Clemente.

²⁰ José (1842-1896) casou-se duas vezes e teve 18 filhos. De seu primeiro casamento, em 1863, com Carlota Deolinda de Carvalho Ribeiro (1845-1883), enteada de sua irmã Firmina, teve 14 filhos. Viúvo, casou-se em 1888 com Constança Cordeiro Torres e Alvim, com quem teve outros quatro filhos.

²¹ Antonio Mendes de Oliveira Castro morava no 115D da rua São Clemente 1873, em terreno cujo aforamento havia sido comprado a Antonio Miranda Marques segundo GONÇALVES, 1925, p.98.

²² O senhorio da propriedade era dos descendentes do Conselheiro Bernardo de Figueiredo.

²³ “Uma rua no prolongamento em linha reta da de D. Carlota até a D’ Assunção e daí obliquamente até encontrar a de S. Clemente, pouco antes do Largo dos Leões. Pelo eixo dessa rua e da de D. Carlota deve ser canalizado em galeria subterrânea o rio Banana Podre, que não tendo atualmente um leito regular, e estando demais, obstruído por construções particulares e pelo encanamento da Companhia do Gás de Botafogo, transborda com qualquer chuva e alaga os terrenos adjacentes, formando pântanos que muito prejudicam à salubridade daquele bairro. O projeto de canalização deste rio foi estudado e organizado por um dos membros da comissão, e já foi aberta e encerrada a concorrência para execução das obras”. Idem.

²⁴ Uma ligação entre a rua Assunção e a rua São Clemente seria aberta em 1925, quando o governo já havia comprado a propriedade da família Rui Barbosa mas ainda não a havia aberto ao público. Essa medida seria revertida pelo Presidente Washington Luis, correligionário de Rui, e que promoveria a recuperação do terreno e faria abrir o Museu Casa de Rui Barbosa a 13 de agosto de 1930.

²⁵ Bernardo Casimiro de Freitas e a família Oliveira Castro não só compartilhavam a paróquia da freguesia de São João Batista da Lagoa e as organizações comerciais e benemerentes da colônia portuguesa, como mantinham especial relação de confiança, tanto que José figurou entre os testemunhos do testamento da baronesa da Lagoa, em 1877, como Antonio estaria entre as testemunhas do testamento do barão, em 1890.

²⁶ Um dos exemplares desse novo gosto é o palacete que Joaquim Fonseca Guimarães mandou construir, em 1879, na rua São Clemente, hoje 117, ocupado depois pelo colégio Jacobina, hoje sede do Centro de Arquitetura e Urbanismo.

²⁷ Dentre os filhos de Albino, há um grupo formado pelos mais velhos, em fase de desenvolvimento pessoal e convívio social, com Antônio, então com 20 anos, Castorina, com 17 anos, e Albino, com 16 anos, outro, formado com José, com 13 anos, Luiza, 12 anos, Maria, com nove anos, em fase de estudo e, por fim, a pequena Firmina, com quatro anos.

²⁸ É na direção das tradições minhotas que é possível se especular que, na origem da designação “Villa Maria Augusta”, expressa na fachada do passadiço, em homenagem à esposa de Rui Barbosa, tenha havido uma “Villa Luiza”, seguindo a tradição das casas apalaçadas do Minho onde ao nome de vila se “acrescentava o nome da sua própria mulher”.

²⁹ Segundo a arquiteta Claudia Carvalho, da FCRB, após análise da estrutura do telhado da casa, teria havido também alteração no frontão da fachada principal, cujo vértice central teria sido elevado.

³⁰ É possível se considerar que a transação da propriedade entre o barão e o comendador tenha envolvido também mobília e objetos decorativos, já que o barão da Lagoa se transferiu, em seguida, para um modesto sobrado na rua Assunção. Cf. PESSOA DOS SANTOS, 2011, p. 21.

³¹ Há algumas coincidências dentre os autores destacados pelo jornalista e o anúncio (Palize, Anúnciação, Gudin, Silva Porto, Bordalo Pinheiro), ver nota 9. “Diaz [Diaz de La Pena, Narcisse Virgilio (1807 – 1876), pintor francês da Escola de Barbizon], Perret [Felix Perret, (?-?), pintor francês com breve atuação no Brasil entre 1872-1874], Villaça [Francisco Vilaça ?], Rezende [Francisco José Rezende (1825-1893), pintor português], Vander Bonner, Facchinetti [Nicolau Antonio Facchinetti (1824-1900), pintor italiano que atuou no Brasil a partir de 1849, tendo se período consagrado com paisagista], De Martino [Edoardo De Martino (1832- 1912), pintor italiano que atuou no Brasil de 1868 a 1875], e Bonco [Modesto Brocos Y Gomes (1852 – 1936), pintor espanhol que atuou no Brasil ao longo da 2ª metade do sec. XIX. A identificação dos artistas relacionados nessa nota contou com a colaboração de grupo de pesquisadores brasileiros, Arthur Valle e Marize Malta, e portugueses, Raquel Henriques da Silva, Sandra Leando, Jorge Costa, Maria de Aires Silveira e Margarida Elias.

³² *A Gazeta de Noticias* cita o comendador dentre os solicitantes de pena d’água nas seguintes edições 21/06/1880; 26/02/1881 e 19/03/1882.

³³ O fornecimento de água havia sido definido pelo Decreto nº 2.639, de 22 de Setembro de 1875, que autorizava despesa para obras de abastecimento, tornava obrigatório o fornecimento de água e autorizava a cobrança de taxas para o suprimento de água. Contudo, a cobrança de taxa por pena d’água só seria normatizada pelo Decreto. 8875, de 25/11/1882, de modo a financiar os investimentos para as obras de abastecimento da cidade. Os pedidos de ligações das redes domésticas à rede pública eram avaliados pela Inspeção Geral de Obras Públicas, que definiria “o registro de graduação e determinado o orifício de pena conveniente”

³⁴ O Asilo, cuja construção foi concluída em 1884, contudo, diante de dificuldades financeiras, o prédio sido vendido ao governo em 1888, que o ocupou com o internato do Imperial Colégio Pedro II. O Asilo seria finalmente instalado em 1900 em monumental edifício em estilo neomanuelino erguido, de 1897 a 1900, no Campo de São Cristóvão 110/102, com recursos herdados do comerciante Antonio Gonçalves de Araújo.

³⁵ Jaime Victor e Lorjó Tavares seriam, com Augusto de Castilho e, mais tarde, Augusto Pina, editores do periódico *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*, editada entre 1º de fevereiro de 1899 e 16 de agosto de 1914, atingindo a marca de cerca de 370 números.

³⁶ Dedicado ao pesquisador português Miguel Monteiro (1954–2009), esse artigo é resultado da linha de pesquisa “Formas de morar no Rio de Janeiro oitocentista”, que integra o grupo de pesquisa “Museu-casa: memória, espaço e representações” da FCRB. Agradeço à colaboração de Luiza Campos Carvalho e Lucia Sanson, pelo fornecimento de informações familiares, e a Daniel Bastos, de Fafe, e à profa. Maria Eliza Borges (FAV-UFG), pelas imagens do túmulo e as sugestões de interpretação de seus símbolos.